



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000407080

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2024172-98.2025.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante GIULIANO PAULO REALI, são embargados STAR JAPAN COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI - ME e ANDRÉ KOUSSUKE TOKURIKI.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MONTE SERRAT (Presidente sem voto), CARLOS RUSSO E MARIA LÚCIA PIZZOTTI.

São Paulo, 28 de abril de 2025.

PAULO ALONSO
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Voto nº 5.625

Embargos de Declaração nº 2024172-98.2025.8.26.0000/50000

Comarca: São Paulo (4ª Vara Cível do Foro Regional de Tatuapé)

Embargante: Giuliano Paulo Reali

Embargados: André Koussuke Tokuriki e Star Japan Comércio de Veículos Eireli-ME

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. ALEGAÇÕES DE OMISSÃO E OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENDIDO REEXAME DE MATÉRIA DECIDIDA. DESCABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA TAL FINALIDADE.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS E MORAIS, EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEFERIDAS PESQUISAS PARA LOCALIZAÇÃO DE BENS DO EXECUTADO, EXCETO VIA CCS-BACEN. INCONFORMISMO DO CREDOR NÃO ACOLHIDO.

1. Ausência dos vícios apontados.
2. Embargos infringentes. Pretendido reexame da matéria. Descabimento.
3. Embargos de declaração desprovidos.

Embargos de declaração interpostos contra o acórdão de fls. 29/34, *dos autos principais*, que negou provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pelo exequente.

Embargante: O autor.

Fundamento dos embargos: Alegações de *omissão, obscuridade e erro material*.

Síntese das razões: *Sustenta* o embargante que o acórdão não analisou os fundamentos suscitados pelo agravante porque

não viola o sigilo bancário, foram frustradas as tentativas de localização de bens e os precedentes deste Tribunal e do STJ admitem o uso do CCS- Bacen, pugnando pelo *prequestionamento* da matéria a fim de viabilizar eventual interposição de recurso em superior instância.

É o relatório:

1. Voto pela rejeição dos embargos de declaração

porque o acórdão questionado *não contém obscuridade, contradição, omissão ou erro material* a ser declarado, tanto que, na verdade, *são condutores de inconformismo* quanto ao resultado do julgamento, tratando-se de ***embargos infringentes***.

2. Pretende o embargante que a Turma Julgadora

altere o resultado do julgamento, sob argumento de que o CCS-Bacen não viola o sigilo bancário, que foram esgotados os meios de localização de bens, citando precedentes deste Tribunal e do STJ.

3. Ocorre que a propósito das questões suscitadas o

acórdão questionado dispôs que:

2. O CCS - Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional foi criado pelo Banco Central por força do disposto no art. 10-A da Lei 9.613/98, com o objetivo de contribuir para a investigação de ilícitos penais, como lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, tratando-se de medida excepcional, que deve ser utilizada somente quando diante de fundados indícios de fraudes ou demais condutas tipificadas na Lei nº 9.613/1998, o que não se verifica na hipótese dos autos.

O banco de dados em questão não reúne informações acerca do patrimônio dos clientes bancários, de forma que a pesquisa pretendida não se reverterá em eventual penhora de bens e ativos financeiros para satisfação do crédito perseguido, ou seja, não tem real efetividade para a execução (cumprimento de sentença). (fls. 31/32).

Não há, *portanto*, nada a ser corrigido ou declarado.

4. De qualquer forma, considerando que os *embargos de declaração* são *recurso de fundamentação vinculada*, cujo objetivo é *aprimorar a decisão embargada*, não é demais pontuar que, *feita devida revisão*, chega-se à conclusão que:

(a) ***Não há obscuridade*** porque a decisão *não contém ambiguidade*, nem expressões ou afirmações que comprometam sua clareza ou dificultem seu entendimento;

(b) ***Não há contradição*** porque inexistem na decisão proposições inconciliáveis entre si. Ademais, a *contradição* a que alude o art. 1.022 do CPC, *é aquela intrínseca ao próprio texto, e não a contraposta a elementos externos a ele, ou derivada da interpretação dada pela parte*.

(c) ***Não há omissão*** porque o julgamento deriva de entendimento da *Turma Julgadora*, que considerou os pontos ***suficientes*** e ***necessários*** para equacionamento da controvérsia, nada mais havendo a ser declarado.

Cumprir pontuar que *o julgador não está obrigado a citar todos os dispositivos legais levados em consideração ao decidir, assim como não necessita enfrentar argumentos deduzidos pelas partes que não sejam, **necessariamente**, capazes de influenciar na conclusão adotada*, o que não implica, por si só, em carência de fundamentação, na linha da seguinte decisão:

“A função do julgador é decidir a lide de modo fundamentado e objetivo, portanto, desnecessário o enfrentamento exaustivo de todos os argumentos apresentados pelas partes” (Apelação nº 4003752-51.2013.8.26.0482, 15ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP, Rel. Des. *Coelho Neto*, j. de 28.04.2015).

A despeito do inconformismo manifestado nos embargos, *não há nos autos nenhum outro argumento capaz de infirmar o resultado da demanda* (art. 489, § 1º, IV, do CPC);

(d) **Não há erro material** porque não se verificam *incorreções internas do próprio julgado*, nem afirmações que indiquem *desacordo entre a vontade dos julgadores e a expressa na decisão*.

(e) Os embargos de declaração não se destinam a equacionar *dúvida que aflige somente o espírito da parte embargante*, ainda que compreensível o inconformismo com o resultado da decisão.

5. Tem-se ainda que não se pode perder de vista que **embargos infringentes** somente são admissíveis em *hipóteses excepcionais*, não servindo para obter *reforma do que foi decidido* ou

novo julgamento, na linha dos seguintes precedentes do STJ:

*Nos termos do art. 1.022 do NCPC, os embargos de declaração se destinam a suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, podendo ser-lhes atribuídos, **excepcionalmente**, efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido* (AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.179 [2019/0383720-6] Relator: Ministro MOURA RIBEIRO J. 26/05/2020; **destaque da citação**).

*A atribuição de efeitos infringentes aos Embargos de Declaração é possível, em **hipóteses excepcionais**, para corrigir premissa equivocada no julgamento, bem como nos casos em que, sanada a omissão, a contradição ou a obscuridade, a alteração da decisão surja como consequência necessária. (...) (EDcl no REsp 1.253.998/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2ª T., j. em 22/05/2014, DJe 20/06/2014; **destaque da citação**).*

6. *Nesta perspectiva, a rigor os embargos sequer poderiam ser conhecidos, porque continua atual a posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de que “não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração, não de substituição”* (REsp. nº 15.774-0 - SP EDecl., 1ª Turma, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, j. 25.10.93, não conheceram, v.u., DJU 22.1193, p. 24.895, 2ª Col., em.).

Pelo exposto, nego provimento aos embargos de declaração, preservando em seus termos o *acórdão* embargado.

Proponho que se considerem ***prequestionados*** e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

levados em conta no julgamento (doutrina da “causa decidida”), todos os dispositivos reguladores da matéria controvertida na demanda, aplicáveis ao caso, pontuando que de acordo com o art. 1.025, do Código de Processo Civil, consideram-se incluídos no acórdão os elementos suscitados para fins de prequestionamento.

PAULO ALONSO

Relator